

Raul Ribeiro de Carvalho

*A urbanização do médico veterinário: uma análise preliminar**

Este texto visa a apresentar uma primeira tematização de alguns aspectos socioculturais que envolvem o processo de urbanização da profissão do médico veterinário.

Ainda que compreendendo que o saber e a prática social são reações combinadas e interdependentes, distinguimos, para melhor visualização, os processos conectados ao tema em questão em quatro itens. Num primeiro, discutiremos a relação ser humano/animal de companhia e suas transformações ao longo do tempo; num segundo, recuperaremos a trajetória da institucionalização da profissão no Brasil; num terceiro, tentaremos interpretar a presença do econômico no processo; e, no último item, abordaremos o problema da expressão dos valores e sentimentos humanos na recriação do mundo.

1. O animal de companhia recriado

A relação entre o ser humano e os animais é relatada desde os mais longínquos tempos. A presença do cão junto ao ser humano é conhecida desde à época da pedra polida; e a do gato, há mais de 2000 anos a.C. (Domingues, 1968). Assim, o convívio da humanidade com estas e outras espécies vem de longa data e tem demandado atenção específica em relação à sua saúde e à capacidade produtiva.

Desde épocas imemoráveis, sempre foi costume destacar alguém da sociedade para cuidar dos animais domesticados, seja com o objetivo de utilizá-los na alimentação, como companhia, para proteção contra a natureza (o frio, por exemplo), e/ou por motivo religioso. Pode-se observar, no entanto, que os cuidados com a saúde, em princípio, motivações econômicas ou religiosas, tinham a preocupação de se evitar a perda de um animal considerado valioso, e não visavam propriamente ao seu bem-estar.

Até a Idade Média, vamos encontrar citações variadas sobre os cuidados que o ser humano dispensava na lida com os animais, utilizando em suas curas um misto de fitoterapia e magia à semelhança do que era realizado com o próprio ser humano. Na Antigüidade Clássica, os gregos, ao reverenciarem a alma humana e negarem que os animais a possuíssem, colocam esta tarefa à margem da dignidade humana, projetando sobre quem a exercia um preconceito social de exclusão. Este estigma social foi reforçado durante a Idade Média, com o avanço do misticismo sobre a sociedade, deixando o trabalho com os animais domésticos, suas doenças e suas carcaças, fora das questões oficiais e, portanto, do fazer socialmente valorizado.

Com a Renascença e a instituição do paradigma científico cartesiano, essa relação se altera e entra em cena a atenção clínica e produtiva sobre os animais domesticados de um modo cientificamente controlado. Recria-se a lida com os animais, alcançando importância considerável na construção do saber científico.

Em 1763 vai ser criada em Lyon, na França, a primeira escola de medicina veterinária do mundo, qualificando uma mão-de-obra importante para os objetivos traçados na relação humana com outros animais. Os interesses sanitaristas, produtivistas e mesmo de lazer (equitação), dentro de um novo

* Este texto se origina do projeto de dissertação de mestrado apresentado ao CPDA/UFRRJ.

espírito científico, necessitavam do enquadramento de seus operadores à altura do novo paradigma.

Deste modo, podemos observar que a relação entre o ser humano e as outras espécies animais, ainda que diversificada no tempo, vem permanentemente conjugada com as preocupações sanitaristas e de produção. É possível perceber que algumas doenças humanas, associadas à presença dos animais próximos à casa, estimulam, assim, pesquisas em busca de maior eficiência e produtividade no manejo destes animais, muito utilizados para transporte, tração e/ou consumo.

Se a relação entre o ser humano e os outros animais é antiga, percebemos que a qualidade dessa relação, sobretudo para determinados grupos com determinadas espécies animais - o cão e o gato particularmente - , tem-se alterado substancialmente nos últimos tempos. Dessa mudança qualitativa, na qual questões no campo afetivo e moral são revisadas e recriadas, notam-se reorientações na formação e prática do médico veterinário, na organização cultural contemporânea - particularmente nos habitantes de grandes centros urbanos - observando-se uma expansão do econômico sobre e a partir desta dinâmica social, cujas conexões podem ser razoavelmente percebidas.

2. A formação do médico veterinário

Como vimos, a função do médico veterinário desde sempre esteve voltada tanto para atividades sanitaristas, quanto para a produtividade dos animais, seja para trabalho, seja para alimentação. Em ambas as situações sua preocupação é com os interesses humanos.

No século XVIII, com a criação da Escola de Medicina Veterinária, de Lyon, o paradigma científico cartesiano molda os princípios do conhecimento que a profissão deveria possuir. O fracionamento do organismo para entender seu funcionamento, os conceitos de saúde e de doença, inclusive o de animal-máquina que produziria conhecimentos para colocá-la em produção, vão formar os princípios fundamentais da nova ciência (Pinto, 1993).

A especialização do médico veterinário, com base científica, origina-se dentro da divisão dos conhecimentos da biologia e da medicina humana, até então acumulados. Como esta origem está associada ao fator econômico da criação dos animais, e coerente com o paradigma cartesiano, as suas especializações clínicas também vão se diferenciar entre animais de grande e médio porte (bovinos, eqüinos, suínos, caprinos, etc.) e animais de pequeno porte (cães,

gatos, aves, etc.). Ora, tal divisão é exclusivamente física e não contém nenhum elemento de afeto, nem supõe interação entre os animais, seus proprietários e o fazer veterinário.

Embora a profissão se defina pelo seu conteúdo médico e a lida com os animais passe pela atenção à sua saúde, o que se observa é que a ação do médico veterinário sobre os animais, até há pouco tempo, preocupou-se, quase que exclusivamente, com o fator econômico.¹

Compreender a efetivação dessa profissão de uma perspectiva que considere movimentos mais gerais da sociedade brasileira permitirá supor que a criação do primeiro curso de medicina veterinária, no ano de 1910, no Rio de Janeiro, está associada a todo um movimento sanitarista em torno da saúde pública, concomitante a uma maior exigência do mercado importador de carnes e derivados, para com uma maior fiscalização da saúde de nossos rebanhos. Isto pode ajudar a compreender por que, sendo a medicina veterinária um campo profissional reconhecido desde o século XVIII, e o Brasil um país de economia, até então eminentemente agrária, só no início do século XX emerge a necessidade de se formarem técnicos brasileiros.²

De 1910 a 1960 somente nove cursos de medicina veterinária são criados no país, tendo nos anos 30 seu maior pico. Nos anos 60, esses cursos dão um salto quantitativo, atingindo o máximo nos anos 70, vindo a decrescer logo em seguida. Em 1992, o país possuía 35 cursos sendo somente três deles situados em zonas rurais.³

Se o mercado profissional e econômico articulava o exercício da medicina veterinária ligado basicamente à saúde pública - inspeção de produtos de origem animal, além do controle de zoonoses⁴ - sua organização acadêmica, coerentemente, segue este perfil.

¹ "A instituição das escolas de medicina veterinária não provém somente de uma inspiração filosófica ou médica; é essencialmente econômica e utilitária". E. Lechainche, citado por Barcellos e Assis (s.d.), em: História da medicina veterinária.

² Em leituras preliminares, os aspectos econômicos da criação dos animais vinham sendo, até então, cuidados por engenheiros agrônomos - com resquícios desta prática até os dias de hoje - especializados em manejo animal ou por médicos veterinários estrangeiros ou lá formados.

³ Dados extraídos do O Ensino de medicina veterinária no Brasil - relatório preliminar. Quer nos anos 30, com um novo modelo econômico, do agrário para o urbano-industrial, quer nos anos 70, com o estímulo ao tecnicismo e a efetivação do modo capitalista de produção na agricultura, os cursos de medicina veterinária parecem ter sofrido maiores demandas das políticas desenvolvimentistas.

⁴ Doenças transmissíveis dos animais para os seres humanos.

Foi assim até a década de 60. Os cursos estiveram vinculados ao Ministério da Agricultura, responsável também pela inspeção de alimentos de origem animal e pelo controle de exportação destes produtos. Diante desse interesse do Estado na formação profissional, é possível compreender por que até na década de 60 todas as escolas eram públicas e não ligadas ao Ministério da Educação. Observamos que estas escolas se distribuem pelo território nacional de maneira irregular, detendo as regiões mais desenvolvidas, proprietárias de grandes rebanhos (Sul e Sudeste) o maior número delas. A Amazônia, até hoje, só possui duas, as dos estados do Pará, criada em 1974, e a de Tocantins, criada em 1991, ambas públicas. A primeira delas, criada dentro do contexto de modernização, e a segunda, surgida numa região de expansão da criação de gado bovino e então em vias de converter-se em mais um estado brasileiro.

A partir da década de 80, pode-se observar um processo de urbanização da profissão, perceptível mediante elementos tais como a origem dos alunos, a alteração percentual entre gêneros, as especializações das escolas, o aumento das disciplinas relativas aos animais de companhia, principalmente o cão e o gato; a proliferação das clínicas e dos serviços especializados para estes animais.

A este processo de urbanização da profissão associam-se mudanças de comportamento sociocultural em relação à própria natureza, onde a relação do ser humano com os animais não deve ser exclusivamente de exploração. Diversos movimentos sociais, entre eles o dos ambienta-listas, conectados com necessidades de mudança nas relações com outras espécies, parecem facilitar a recriação do animal de companhia como "animal de estimação". É sem dúvida uma nova relação. Os cães e os gatos, ainda que tenham estado sempre presentes na ação dos médicos veterinários, ganham novo espaço e nova qualidade no fazer profissional e universitário.

Assim, se no passado o fazer veterinário basicamente se voltava para animais de consumo, tração e transporte, no presente ganha status um fazer veterinário orientado para os animais de estimação, no qual o bem-estar animal alcança autonomia frente aos interesses econômicos exclusivos, particularmente entre os cães e gatos criados por parcelas específicas da população dos grandes centros urbanos.

3. A dinâmica do econômico

Com o advento do animal de estimação, observamos uma (re)organização do mercado profissional em todas as suas esferas. Com a valorização especializante do

médico veterinário, tem havido um aumento do número de clínicas e consultórios por todos os centros urbanos do país, expandindo-se os pontos comerciais que garantem a oferta dos mais diversos produtos para consumo deste tipo de animal, desde medicação, passando pela alimentação, até o vestuário e brinquedos.

A mercantilização do subjetivo move uma gama de questões, dentre as quais as questões do supérfluo, das desigualdades sócio-econômicas, da produção de bens de luxo como bens de prestígio, a proliferação das clínicas urbanas, com especialidades homeopáticas e terapias orientais (acupuntura), sofisticando a oferta de serviços, até alterando relações de trabalho, efetivando uma expressão urbana na profissão.

Nos grandes centros urbanos, são oferecidos serviços como: hotéis, salões de beleza, adestramentos, planos de saúde, exames laboratoriais e radiológicos, funerais e cemitérios com crematórios, viabilizando e estimulando um consumismo que movimenta significativos recursos nos mercados de investimento, num montante de 250 milhões de dólares no ano de 1993.⁵ O setor de químicos, vacinas e rações articula-se com esse mercado e oferece uma variedade quase infinita de possibilidades para a produção de novos produtos e tecnologias, inclusive parte dos investimentos é utilizada em pesquisas nas universidades.

Assim, esta exteriorização da existência de um novo animal torna-se vital para uma sociedade de consumo onde o mercado perpassa toda a vida social, recria instituições e relações de comportamento, onde todos os bens sociais e culturais transformam-se em mercadorias e o fetiche destas impregnam a relação entre os seres humanos e destes com seus pertences.

Se, por um lado, o capitalismo cria as condições favoráveis para seu objetivo acumulador e altamente competitivo, por outro, o homem possui em sua psique componentes tão fortes e permanentes, como *a necessidade universal de dar e receber energia libidinal ou afeto; a capacidade de fantasia consciente ou inconsciente; os impulsos narcisistas e agressivos; os conflitos edípicos, além de outros atributos primordiais e inextinguíveis da psique* (Heilbroner, 1988: 15), que nos permite compreender que as esferas econômicas, afetivas e culturais convivem e coordenam, sem primazia, a ação humana.

A partir dessas independências comportamentais e do padrão social estabelecido, torna-se possível visualizar a expressão e a importância da posse

⁵ Cf. Jornal do Brasil, Revista de Domingo, n. 897, de 11/07/93.

de bens de prestígio como elementos distintivos entre as pessoas, os quais, em muitas sociedades, são seus maiores objetos de representação.⁶

4. A expressão cultural e afetiva sobre o objeto

Com o individualismo, observamos que as relações sociais são qualitativamente alteradas segundo interesses prevalentes na sociedade, embora se revistam de uma carga de naturalidade que parece inerente à própria condição humana. A partir da ascensão da burguesia ao poder, efetiva-se uma nova sociogênese de civilização, na qual a sociedade ocidental procura imprimir suas conquistas tecnológicas, econômicas, sociais e morais que tanto orgulho lhe dão e tanto revelam de sua visão de mundo, constituindo um caldo de cultura formador de novos hábitos e atitudes (Elias, 1990).

É a partir daí que a sociedade contemporânea se vê frente a desafios culturais e emocionais que vão permitir a criação de novos papéis para os animais de estimação.⁷

Com o uso, os hábitos e valores acabam se naturalizando e sua carga ideológica passa despercebida pelo conjunto da sociedade. Nesta nova ordem a figura do indivíduo parece ser fundamental para a liberdade requerida pelo mercado e como contraponto à ideologia associativista e dependente, como no mundo medieval. Para efetivar este novo personagem são vitais a lógica cartesiana, que segmenta o saber e valoriza a parte em detrimento do todo, e um novo processo cultural, que define o que é civilizado ou o que não o é, entendida *civilização* como a consciência que o Ocidente tem de si mesmo, que se naturaliza com seu uso contínuo, garantindo as atitudes que deveriam ser tomadas e seguidas por todos os que quisessem se sobressair neste processo.

Nesta mudança social, em que instituições como Igreja e família são sublimadas, permitindo a supervalorização do indivíduo, Elias mostra como os sentimentos individuais são contidos em nome da razão, evidenciando como a idéia de civilização vai moldando o comportamento de seus membros. Desse modo, o indivíduo civilizado, fruto das tensões socioculturais entre as classes

⁶ O pressuposto aqui é o de que tais alterações do mercado só se tornaram possíveis quando conectadas a outras transformações na vida sociocultural-afetiva que redefinem valores, papéis e funções para seus membros.

⁷ Norbert Elias (1990) reconstituiu a organização do conceito de civilização defendido pela sociedade burguesa. Para ele, o conceito de civilidade é sempre auto-referente, historicamente construído, de modo que atende aos interesses da ordem vigente.

emergentes e a classe politicamente dominante, sofre uma ação “educadora” de comportamento, na qual *a vida emocional do indivíduo é moldada sob pressão da tradição institucionalizada e da situação vigente* (Elias, 1990: 49), o que acaba por instituir a “economia de afetos” que marca a formação da sociedade, permitindo a discussão sobre uma sociogênese do campo afetivo, na qual determinadas expressões emotivas são socialmente condenadas e assim incorporadas, o que pode gerar conflitos individuais entre a psique e o socialmente permitido.

Assim, historicamente, a criação do indivíduo e a pressão exercida sobre ele passam por um processo de naturalização que faz com que se sinta autônomo em suas atitudes e desejos, ignorando que as sanções sociais se perpetuam através do autocontrole que ele desenvolve. Desse modo, a modernidade engendra um indivíduo preso a seus impulsos e isolado da sociedade, já que sentimentos e emoções precisam ser reprimidos em público, onde significariam fragilidade.

Com esta percepção da formação do indivíduo compreendem-se as rupturas que a humanidade contemporânea efetiva em sua vida e as condições que porventura possam daí advir, particularmente aquelas no campo da psique.

É com este referencial que pensamos a vida sociocultural expressa nos centros urbanos de hoje, onde a resposta que a humanidade dá às suas necessidades de trabalho, afetividade, lazer e mesmo simples relações de vizinhança, impregnam-se dessa concepção individualista, da qual a sociedade moderna cria e recria o seu processo constitutivo. Neste modelo de indiferença social às particularidades de cada indivíduo, o ser humano contemporâneo transfere para os limites da *domus* suas necessidades afetivo-emocionais, ainda que este não seja um processo generalizado, nem único, de se extravasar emocionalmente.

Este voltar-se para si e para o interior de sua casa pode aumentar, na sociedade moderna, a sensação de solidão. Isso ocorre quando as relações afetivo-sociais experimentam profundas transformações e persistem na conduta dos indivíduos as necessidades genuinamente humanas de afetivamente se corresponderem e se reconhecerem no outro (Campbell, 1990).

Lembremos que estamos tentando compreender o comportamento de um determinado grupo social e de uma determinada sociedade que buscam na relação com os animais de companhia uma forma específica de ação.

Neste contexto, de contradição e carência afetiva, o surgimento de um novo olhar sobre a relação entre o ser humano e outras espécies animais permite que estas passem a ocupar novos papéis na convivência. Existem, sem dúvida, outros elementos em tal relação, como o surgimento de novos paradigmas científicos, a expansão dos movimentos sociais, particularmente o ecológico, enfim, transformações culturais que viabilizam a tomada de novas atitudes e hábitos, nas quais buscamos compreender a urbanização da profissão do médico veterinário.

Essa expressão da nova relação com seus animais de estimação pode ser observada a todo momento, nas ruas, nos prédios de apartamentos, na imprensa, onde diversas declarações são feitas se referindo a tais animais como: filho, companheiro, amigo, da família, é gente, e outras semelhantes.

Ao examinarmos alguns elementos da cultura e do afeto contemporâneos que valorizam os animais de estimação, percebemos que não só um antigo regime está sendo destruído, mas também a antiga família burguesa nuclear, uma queda do poder patriarcal, a reconceituação dos bens de prestígios, a relação entre prestígio e poder, e outras transformações que ocorrem simultaneamente.

Com estas mudanças, o próprio processo de dominação acaba se invertendo. As necessidades e carências do animal passam a motivar a existência social de seu proprietário: aquele precisa passear, comer, de enfeites, de trato, de cuidados na saúde e na doença, de cortar pêlos e unhas, de comemorações (aniversários), de enterros, enfim, precisa do afeto de seu dono, o que passa a dar sentido à vida deste último, quando ele deixa de fazer determinadas atividades para não faltar aos compromissos com seu novo “dependente”.

Ao fragilizar o preconceito da dominação exercida sobre o mundo e necessitando de maior expressão afetiva, a sociedade contemporânea produz um novo animal que passa a ocupar um lugar diferente, mais afetivo, diríamos mesmo antropomorfizado, em nossas vidas, pois o ser humano não compreende nada diferente de si mesmo. A transformação na relação com este animal relaciona-se a um movimento maior da sociedade, que se expressa na produção afetivo-cultural e no mundo dos negócios, tendo o animal de estimação sido recriado como veículo de um novo *ethos*, que estaria influenciando na formação e atuação do médico veterinário.

Referências bibliográficas

- Barcellos, João Carlos A. e Assis, Ricardo L. A História da medicina veterinária. Trabalho de pesquisa apresentado na UFF, orientado pelo Prof. Elmo R. de Souza. Niterói, datilografado, s.d.
- Brasil - O Ensino de medicina veterinária no Brasil - relatório preliminar. Brasília, Conselho Federal de Medicina Veterinária, 1992.
- Campbell, Joseph. O Poder do mito. São Paulo, Palas Atenas, 1990.
- Domingues, Octávio. Introdução à Zootecnia. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1968.
- Elias, Norbert. O Processo civilizador. Vol. 1. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.
- Heilbroner, Robert. A Natureza e a lógica do capitalismo. São Paulo, Ática, 1988.
- Pinto, Sandra Lúcia de S. A Destruição da máquina animal: o estudo do comportamento animal e a concepção de animal na Zootecnia. Dissertação apresentada à UFRRJ/CPDA, Rio de Janeiro, 1993.

Raul Ribeiro de Carvalho é
professor da UFF e mestre pela
UFRRJ/CPDA.

Estudos Sociedade e Agricultura, 3, novembro 1994: 114-123.